

<p>Componente: Programas Regionais de Recursos Hídricos</p>
<p>Programa: X – Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica</p>
<p>Introdução:</p> <p>Segundo o Caderno da Região Hidrográfica da Amazônia, essa região representa 40% do território brasileiro e conta com 60% da disponibilidade hídrica do país. Trata-se de uma região com particularidades que requerem um tratamento diferenciado em relação aos seus recursos hídricos e naturais. A presença da Floresta Amazônica e de grandes rios na região, a baixa densidade populacional, a mineração, a expansão da fronteira agrícola na região, a questão da gestão transfronteiriça, entre outros, apontam para a necessidade de desenvolvimento de um Programa Regional de Recursos Hídricos, de forma a adequar a gestão dos seus recursos hídricos às peculiaridades marcantes da região.</p>
<p>Contexto e Justificativas:</p> <p>Um programa de gestão ambiental de recursos hídricos na Amazônia insere-se em um contexto onde o SINGREH ainda é muito incipiente, onde a abundância de recursos hídricos não desperta ainda na população e nos governantes o devido cuidado que o assunto merece. Conflitos pelo uso da água ainda não existem. No entanto, os conflitos pelo uso do solo, mineração e expansão agrícola causam desmatamento e poluição, que podem afetar os recursos hídricos. Um programa específico para a região justifica-se por esses aspectos, onde não se pode esperar a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos como definidos na Lei 9433/97, tendo em vista que muitos deles não serão de grande valia na região. Além disso, a própria estruturação do SINGREH em comitês de bacia torna-se inviável nos moldes atuais, tendo em vista as grandes distâncias entre os centros urbanos de cada bacia e o fato de não haver conflitos de uso de água exclusivamente, mas sim, conflitos de cunho ambiental mais geral.</p>
<p>Conceitos e Diretrizes:</p> <p>Um Programa de Gestão Ambiental de Recursos Hídricos para a Amazônia deve se coadunar com as seguintes diretrizes, adaptadas daquelas explicitadas pelo PNRH:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a gestão conjunta, com outros países, de rios transfronteiriços, fronteiriços e de aquíferos estratégicos. • Identificar interesses geopolíticos do Brasil, frente às suas fronteiras, no que concerne a gestão de bacias hidrográficas no contexto sul-americano. • Estabelecer uma agenda de cooperação científica e tecnológica com os países fronteiriços. • Aperfeiçoar a implementação do Política Nacional de Recursos Hídricos, qualificando e aprimorando a atuação dos entes do SINGREH, bem como, efetivando a articulação entre as entidades que o integram. • Consolidar o marco legal e institucional existente, promovendo a mútua adequação do SINGREH e o ordenamento administrativo do aparelho estatal brasileiro; a adequação do modelo preconizado na Lei 9433/97 frente à diversidade socioambiental do país e às necessidades de regulamentação da legislação de recursos hídricos. • Melhorar e consolidar o conhecimento sobre o comportamento hidrológico, hidrogeológico e da qualidade das águas, como forma de aprimorar as bases técnicas e apoiar a tomada de decisões na gestão da água. • Ampliar, mediante estudos e pesquisas, o entendimento das relações entre a dinâmica das disponibilidades hídricas e o comportamento climático.

Some-se a isso o quarto conjunto de macrodiretrizes do PNRH que contemplam os programas regionais e fornecem um indicativo das linhas gerais de ação de seus focos de atuação, destacando-se:

- Modelos institucionais de gestão apropriados à natureza dos problemas a enfrentar; e
- Ênfases e prioridades adequadas à realidade regional, no que tange à implantação de instrumentos de gestão de recursos hídricos;

Objetivo(s) geral(is) e objetivos específicos:

Geral:

- Promover a gestão dos recursos hídricos da região amazônica, tendo em vista suas peculiaridades geográficas, sócio-econômicas, culturais, de uso do solo e principalmente ambientais.

Específicos:

- Fortalecer os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, mediante a estruturação de um modelo de gestão de recursos hídricos adaptado às peculiaridades regionais;
- Implementar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, adequados à região; e
- Aumentar o nível de conhecimento sobre os recursos hídricos, condições climáticas e demais características ambientais da região..

Ações em curso:

- Levantamento do quadro institucional e das políticas, planos, programas com repercussões sobre a região foco do Programa (ações em curso conduzidas pela Agência Nacional de Águas, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e órgãos gestores estaduais de recursos hídricos na região);
- Articulação com os estados para implementação e fortalecimento dos sistemas estaduais;
- Informes a respeito das ações realizadas no âmbito da implementação dos Programas I ao VIII, na área de abrangência do Programa, especialmente aquelas relacionadas com o fortalecimento institucional e com a implementação dos instrumentos de gestão, tendo como exemplos:
 - Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas;
 - Desenvolvimento do Plano Nacional de Avaliação da Qualidade de Água – PNQA
 - Operação da Rede Hidrometeorológica

Área de abrangência e beneficiários:

Região Hidrográfica do Amazonas

Executores e Intervenientes:

ANA e SRHU/MMA como executores. Órgãos Gestores Estaduais, demais entes do SINGREH e organismos atuantes na região, com temática relacionada aos recursos hídricos, como intervenientes.